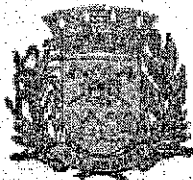


**ESTADO DE MATO GROSSO
VALE DO CABAÇAL
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

***FOI INCLUÍDO NA LEI MUNICIPAL ABAIXO
DIGITALIZADA, DE NÚMERO 469, DE 08-08-2008, OS
ARTIGOS 12A, 12B E 12C, ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL
DE NÚMERO 496, DE 27-05-2009.***

APROVADO
Data das Sessões 04/08/2008



AFIXADO(A) EM
08 DE agosto DE 2008
POR Gilberto OLV.
FUNÇÃO Aud. Inter

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 469, DE 08 DE AGOSTO DE 2008.

**"Dispõe sobre as Diretrizes para a
Elaboração do Orçamento do Município de
RIO BRANCO para o Exercício Financeiro de
2009 e dá outras providências."**

O Prefeito Municipal de RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, Sr Antonio Milanezi, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

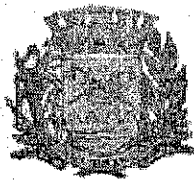
Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de RIO BRANCO, relativo ao Exercício Financeiro de 2009, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e demais entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição federal, na Lei Federal N.º 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica Municipal, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparadas com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2008 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2008, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2008, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2008, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I - Projeção da Receita e da Despesa para 2009/2011;

II - Anexo de metas e prioridades para 2009;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

III. - Anexo de Riscos Fiscais;

IV - Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2009

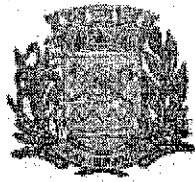
Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2008 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2008

Seção I



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

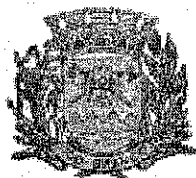
I - a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV - aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2008 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição; e

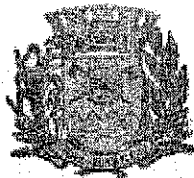
V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

VI - demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto de 2008, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 10 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 3 % (Três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I - se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II - ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

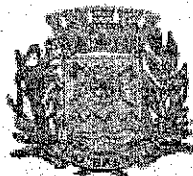
III - será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

IV - suporte orçamentário às dotações que se fizerem insuficientes

Art. 11 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

Art. 12 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2009, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101 de 2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2009.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

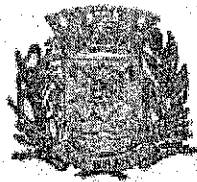
Seção III

**Dos Recursos Correspondentes às Dotações
Orçamentárias Compreendidas os Créditos
Adicionais Destinados ao Poder Legislativo**

Art. 13 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2009, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2008, nos termos do art. 29-A da Constituição da República, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento :



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

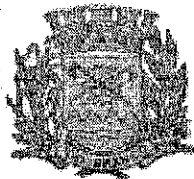
II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 14 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 8% (oito por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2008, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

- a) os impostos;
- b) as taxas;
- c) a contribuição de melhoria;
- d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;
- e) o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF;
- f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;
- g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;

j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;

k) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação.

l) o valor arrecadado da CIDE

Art. 15 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I - os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II - os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

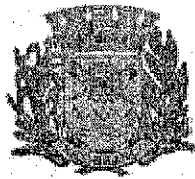
b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 16 - A Câmara Municipal enviará até o dia 05 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 17 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

Art. 18 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

- a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;
- b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;
- c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;
- d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 19 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

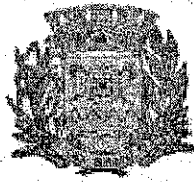
§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 20 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

II - estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

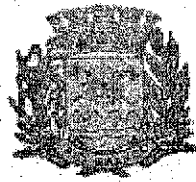
Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 21 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2008, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 22 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 23 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 24 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II - incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

III - no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

- a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;
- b) formalização de contrato;
- c) aprovação de projeto pelo Poder Público;
- d) acompanhamento da execução;
- e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 25 - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

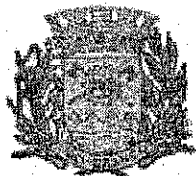
CAPÍTULO IV

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS
DE CARÁTER CONTINUADO**

Seção I

**Do Aproveitamento da Margem de Expansão das
Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

Art. 26 - A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 27 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 28 - Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

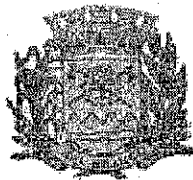
a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2008, o orçamento de 2009 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

Art. 29 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

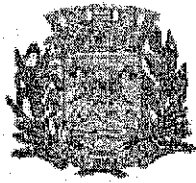
Art. 30 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I - No Poder Executivo:

- a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;
- b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;
- c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;
- d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;
- e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II - No Poder Legislativo:

- a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;
- b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 31 - No exercício de 2009 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I – situações de emergência ou calamidade pública;
- II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

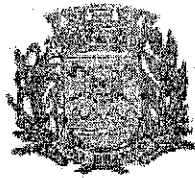
Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

CAPÍTULO V

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 32 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2009, especialmente no diz respeito a:

- I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;
- II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;
- III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 33 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

§ Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

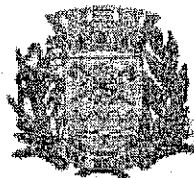
Art. 34 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 35 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

Art. 36 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

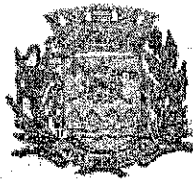
Art. 37 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

- I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 38 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

- I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
VALE DO CABAÇAL
GABINETE DO PREFEITO

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidam sobre:

- a) O pagamento de pessoal e seus encargos;
- b) Amortização e serviço da dívida; e
- c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 40 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, 08 de agosto de 2008.

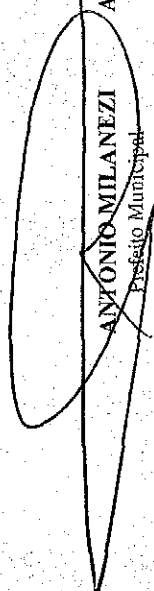

Antonio Milanezi
PREFEITO MUNICIPAL

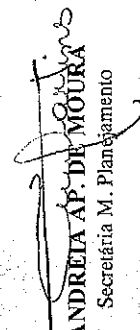
Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	6.021.042,28	7.176.341,37	7.563.026,00	7.981.773,56	8.411.047,94	8.834.600,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	255.227,71	324.097,95	212.300,00	224.971,56	236.289,90	248.104,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	103.877,76	295.900,70	302.900,00	315.000,00	330.527,70	350.054,06
RECEITA PATRIMONIAL	20.246,27	205.531,28	151.100,00	155.000,00	168.174,30	176.583,02
RECEITA DE SERVIÇOS	172.064,34	181.765,35	188.750,00	200.075,00	210.078,75	220.582,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.382.470,00	6.150.748,35	6.645.026,00	7.020.000,00	7.395.913,94	7.765.709,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	87.156,20	18.297,74	62.950,00	66.727,00	70.063,35	73.566,52
RECEITAS DE CAPITAL	502.290,00	394.394,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
ALIENAÇÃO DE BENS	68.040,00	5.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	434.250,00	388.694,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	177.367,86	181.100,00	185.000,00	201.564,30	211.642,52
RECEITAS DE CONTRIB. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	177.367,86	181.100,00	185.000,00	201.564,30	211.642,52
DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	-742.876,00	-787.448,56	-826.820,99	-868.162,04
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	0,00	0,00	-742.876,00	-787.448,56	-826.820,99	-868.162,04
Total	6.523.332,28	7.748.103,40	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTONIO MILANEZI
 Prefeito Municipal


ANDREIA AP. DE MOURA
 Secretária M. Planejamento


Prefeitura Municipal de Rio Branco

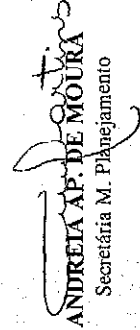
ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2006	2007		2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES (I)						
Pessoal e Encargos Sociais	6.014.256,58	6.425.745,30	6.656.474,00	7.021.580,07	7.402.016,97	7.775.117,82
Aplicações Diretas	3.330.063,23	3.164.802,23	3.599.030,00	3.795.976,65	4.005.810,37	4.206.100,89
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	3.330.063,23	3.164.802,23	3.599.030,00	3.795.976,65	4.005.810,37	4.206.100,89
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	5.000,00	5.275,00	5.565,13	5.843,39
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	5.000,00	5.275,00	5.565,13	5.843,39
Outras Despesas Correntes	2.684.193,35	3.260.943,07	3.052.444,00	3.220.328,42	3.390.641,47	3.563.173,54
Aplicações Diretas	2.684.193,35	3.260.943,07	3.052.444,00	3.220.328,42	3.390.641,47	3.563.173,54
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)						
Investimentos	719.515,88	896.839,97	1.081.326,00	1.140.798,93	1.203.542,87	1.263.720,01
Aplicações Diretas	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	8.000,00	8.440,00	8.904,20	9.349,41
Aplicações Diretas	0,00	0,00	8.000,00	8.440,00	8.904,20	9.349,41
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)						
	0,00	0,00	462.200,00	487.621,00	514.440,16	540.162,17
Total	6.733.772,46	7.322.585,27	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTONIO MISANEZI
Prefeito Municipal


ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

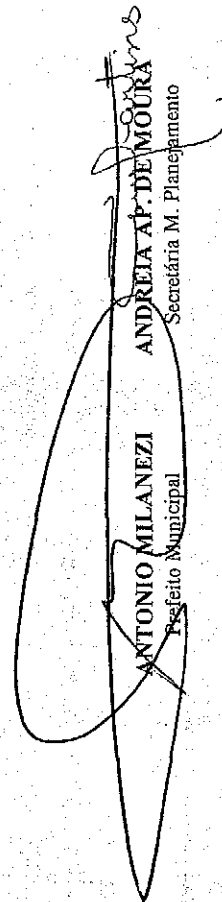
Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

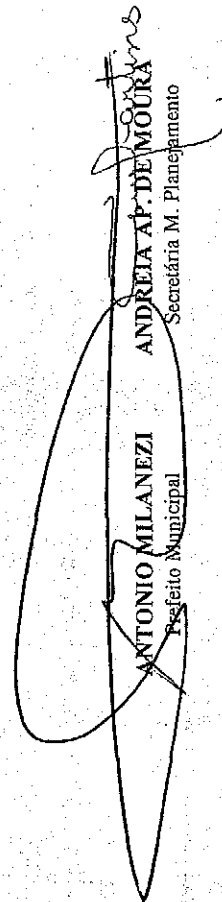
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2006	2007		2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES (I)						
Pessoal e Encargos Sociais	6.014.256,58	6.425.745,30	6.656.474,00	7.021.580,07	7.402.016,97	7.775.117,82
Aplicações Diretas	3.330.063,23	3.164.802,23	3.599.030,00	3.795.976,65	4.005.810,37	4.206.100,89
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	3.330.063,23	3.164.802,23	3.599.030,00	3.795.976,65	4.005.810,37	4.206.100,89
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	5.000,00	5.275,00	5.565,13	5.843,39
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	5.000,00	5.275,00	5.565,13	5.843,39
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	2.684.193,35	3.260.943,07	3.052.444,00	3.220.328,42	3.390.641,47	3.563.173,54
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	2.684.193,35	3.260.943,07	3.052.444,00	3.220.328,42	3.390.641,47	3.563.173,54
DESPESA DE CAPITAL (II)						
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	719.515,88	896.839,97	1.081.326,00	1.140.798,93	1.203.542,87	1.263.720,01
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
Inversões Financeiras	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	8.000,00	8.440,00	8.904,20	9.349,41
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	8.000,00	8.440,00	8.904,20	9.349,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)						
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.733.772,46	7.322.585,27	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008



ANTONIO MILANEZI

 Prefeito Municipal



ANDREIA AP. DE MOURA

 Secretária M. Planejamento

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES (I)	6.021.042,28	7.353.709,23	7.001.250,00	7.379.325,00	7.785.791,25	8.178.080,81
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	6.021.042,28	7.176.341,37	7.563.026,00	7.981.773,56	8.411.047,94	8.834.600,33
Receitas Tributárias	255.227,71	324.097,95	212.300,00	224.971,56	236.289,90	248.104,40
Receita de Contribuição	103.877,76	295.900,70	302.900,00	315.000,00	330.527,70	350.054,06
Receita Patrimonial	20.246,27	205.531,28	151.100,00	155.000,00	168.174,30	176.583,02
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	20.246,27	205.531,28	151.100,00	155.000,00	168.174,30	176.583,02
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	172.064,34	181.765,35	188.750,00	200.075,00	210.078,75	220.582,69
Transferências Correntes	5.382.470,00	6.150.748,35	6.645.026,00	7.020.000,00	7.395.913,94	7.765.709,64
Outras Receitas Correntes	87.156,20	18.297,74	62.950,00	66.727,00	70.063,35	73.566,52
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	181.100,00	185.000,00	201.564,30	211.642,52
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	-742.876,00	-787.448,56	-826.820,99	-868.162,04
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	6.021.042,28	7.353.709,23	7.001.250,00	7.379.325,00	7.785.791,25	8.178.080,81
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	502.290,00	394.394,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	68.040,00	5.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	434.250,00	388.694,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	434.250,00	388.694,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	6.455.292,28	7.742.403,40	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00
RECEITA TOTAL	6.523.332,28	7.748.103,40	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00
DESPESAS CORRENTES (X)	6.014.256,58	6.425.745,30	6.656.474,00	7.021.580,07	7.402.016,97	7.775.117,82
Pessoal e Encargos Sociais	3.330.063,23	3.164.802,23	3.599.030,00	3.795.976,65	4.005.810,37	4.206.100,89
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	5.000,00	5.275,00	5.565,13	5.843,39
Outras Despesas Correntes	2.684.193,35	3.260.943,07	3.052.444,00	3.220.328,42	3.390.641,47	3.563.173,54
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	6.014.256,58	6.425.745,30	6.651.474,00	7.016.305,07	7.396.451,84	7.769.274,43
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	719.515,88	896.839,97	1.081.326,00	1.140.798,93	1.203.542,87	1.263.720,01
Investimentos	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	8.000,00	8.440,00	8.904,20	9.349,41
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	462.200,00	487.621,00	514.440,16	540.162,17
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	6.733.772,46	7.322.585,27	8.187.000,00	8.636.285,00	9.105.530,67	9.563.807,20
DESPESA TOTAL	6.733.772,46	7.322.585,27	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00
Resultado Primário (IX - XVII)	-278.480,18	419.818,13	13.000,00	13.715,00	14.469,33	15.192,80

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES (I)	6.021.042,28	7.353.709,23	7.001.250,00	7.379.325,00	7.785.791,25	8.178.080,81
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	6.021.042,28	7.176.341,37	7.563.026,00	7.981.773,56	8.411.047,94	8.834.600,33
Receitas Tributárias	255.227,71	324.097,95	212.300,00	224.971,56	236.289,90	248.104,40
Receita de Contribuição	103.877,76	295.900,70	302.900,00	315.000,00	330.527,70	350.054,06
Receita Patrimonial	20.246,27	205.531,28	151.100,00	155.000,00	168.174,30	176.583,02
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	20.246,27	205.531,28	151.100,00	155.000,00	168.174,30	176.583,02
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	172.064,34	181.765,35	188.750,00	200.075,00	210.078,75	220.582,69
Transferências Correntes	5.382.470,00	6.150.748,35	6.645.026,00	7.020.000,00	7.395.913,94	7.765.709,64
Outras Receitas Correntes	87.156,20	18.297,74	62.950,00	66.727,00	70.063,35	73.566,52
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	177.367,86	181.100,00	185.000,00	201.564,30	211.642,52
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	-742.876,00	-787.448,56	-826.820,99	-868.162,04
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	6.021.042,28	7.353.709,23	7.001.250,00	7.379.325,00	7.785.791,25	8.178.080,81
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	502.290,00	394.394,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	68.040,00	5.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	434.250,00	388.694,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	434.250,00	388.694,17	1.198.750,00	1.270.675,00	1.334.208,75	1.400.919,19
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	6.455.292,28	7.742.403,40	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00
RECEITA TOTAL	6.523.332,28	7.748.103,40	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00
DESPESAS CORRENTES (X)	6.014.256,58	6.425.745,30	6.656.474,00	7.021.580,07	7.402.016,97	7.775.117,82
Pessoal e Encargos Sociais	3.330.063,23	3.164.802,23	3.598.030,00	3.795.976,65	4.005.810,37	4.206.100,89
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	5.000,00	5.275,00	5.565,13	5.843,39
Outras Despesas Correntes	2.684.193,35	3.260.943,07	3.052.444,00	3.220.328,42	3.390.641,47	3.563.173,54
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	6.014.256,58	6.425.745,30	6.651.474,00	7.016.305,07	7.396.451,84	7.769.274,43
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	719.515,88	896.839,97	1.081.326,00	1.140.798,93	1.203.542,87	1.263.720,01
Investimentos	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	8.000,00	8.440,00	8.904,20	9.349,41
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	719.515,88	896.839,97	1.073.326,00	1.132.358,93	1.194.638,67	1.254.370,60
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	462.200,00	487.621,00	514.440,16	540.162,17
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	6.733.772,46	7.322.585,27	8.187.000,00	8.636.285,00	9.105.530,67	9.563.807,20
DESPESA TOTAL	6.733.772,46	7.322.585,27	8.200.000,00	8.650.000,00	9.120.000,00	9.579.000,00
Resultado Primário (IX - XVII)	-278.480,18	419.818,13	13.000,00	13.715,00	14.469,33	15.192,80

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art. 4º, §2º, inciso II, da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2006 (b)	2007 (c)	2008 (d)	2009 (e)	2010 (f)	2011 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-166.609,28	1.575.062,23	2.485.000,00	2.647.000,00	2.841.000,00	3.086.280,00
Ativo Disponível	162.814,73	2.448.264,86	2.500.000,00	2.700.000,00	2.916.000,00	3.149.280,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	329.424,01	873.202,63	15.000,00	53.000,00	75.000,00	63.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	166.609,28	-1.575.062,23	-2.485.000,00	-2.647.000,00	-2.841.000,00	-3.086.280,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	166.609,28	-1.575.062,23	-2.485.000,00	-2.647.000,00	-2.841.000,00	-3.086.280,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	1.545.826,00	-1.741.671,51	-909.937,77	-162.000,00	-194.000,00	-245.280,00

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
- * Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2005 (R\$-1.379.216,72)

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008

ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal

ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	(R\$)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)								
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)								
Ativo Disponível	1.379.216,72	-166.609,28	1.575.062,23	2.485.000,00	2.647.000,00	2.841.000,00	3.086.280,00	0,00
Haveres Financeiros	176.195,66	162.814,73	2.448.264,86	2.500.000,00	2.700.000,00	2.916.000,00	3.149.280,00	0,00
(-) Restos a Pagar	1.320.305,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	117.284,07	329.424,01	873.202,63	15.000,00	53.000,00	75.000,00	63.000,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-1.379.216,72	166.609,28	-1.575.062,23	-2.485.000,00	-2.647.000,00	-2.841.000,00	-3.086.280,00	

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008

ANTÔNIO MILANEZI
Prefeito Municipal

ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2009

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2009			2010			2011		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	8.650.000,00	8.306.126,37	0,026	9.120.000,00	8.410.912,16	0,026	9.579.000,00	8.494.446,86	0,026
Receitas Primárias (I)	8.650.000,00	8.306.126,37	0,026	9.120.000,00	8.410.912,16	0,026	9.579.000,00	8.494.446,86	0,026
Despesa Total	8.650.000,00	8.306.126,37	0,026	9.120.000,00	8.410.912,16	0,026	9.579.000,00	8.494.446,86	0,026
Despesas Primárias (II)	8.636.285,00	8.292.956,60	0,026	9.105.530,67	8.397.567,84	0,026	9.563.807,20	8.480.974,22	0,026
Resultado Primário (III) = (I)	13.715,00	13.169,77	0,000	14.469,33	13.344,33	0,000	15.192,80	13.472,64	0,000
Resultado Nominal	-162.000,00	-155.559,82	-0,001	-194.000,00	-178.916,33	-0,001	-245.280,00	-217.508,92	-0,001
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	-2.647.000,00	-2.541.770,69	-0,008	-2.841.000,00	-2.620.109,81	-0,008	-3.086.280,00	-2.736.845,34	-0,008
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS		2009	2010	2011
PIB real (crescimento % anual)		4,04	4,08	4,11
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)		13,60	13,60	13,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)		1,91	1,98	2,02
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação		4,14	4,12	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares		33.814.000.000,00	35.194.000.000,00	36.640.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2009	2010	2011
Valor Corrente / 1,0414	Valor Corrente / 1,0843	Valor Corrente / 1,1277

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008

ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal

ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2009

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

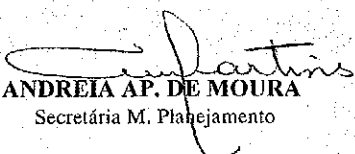
ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2007 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas 2007 (b)	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	7.800.000,00	0,025	7.748.103,40	0,025	-51.896,60	-0,66
Receitas Primárias (I)	7.800.000,00	0,025	7.742.403,40	0,025	-57.596,60	-0,73
Despesa Total	7.800.000,00	0,025	7.322.585,27	0,023	-477.414,73	-6,12
Despesas Primárias (II)	7.800.000,00	0,025	7.322.585,27	0,023	-477.414,73	-6,12
Resultado Primário (III)=(I - II)	0,00	0,000	419.818,13	0,001	419.818,13	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,000	-1.741.671,51	-0,006	-1.741.671,51	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	-1.575.062,23	-0,005	-1.575.062,23	0,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2007

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2007	31.254.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2007	31.254.000.000,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTÔNIO MILANEZI
Prefeito Municipal
ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2009

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										(R\$)
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	
Receita Total	6.523.332,28	7.748.103,40	18,8	8.200.000,00	5,8	8.650.000,00	5,5	9.120.000,00	5,4	9.579.000,00	5,0
Receitas Primárias (I)	6.455.292,28	7.742.403,40	19,9	8.200.000,00	5,9	8.650.000,00	5,5	9.120.000,00	5,4	9.579.000,00	5,0
Despesa Total	6.733.772,46	7.322.585,27	8,7	8.200.000,00	12,0	8.650.000,00	5,5	9.120.000,00	5,4	9.579.000,00	5,0
Despesas Primárias (II)	6.733.772,46	7.322.585,27	8,7	8.187.000,00	11,8	8.636.285,00	5,5	9.105.530,67	5,4	9.563.807,20	5,0
Resultado Primário (III) = (I - II)	-278.480,18	419.818,13	0,0	13.000,00	-96,9	13.715,00	5,5	14.469,33	5,5	15.192,80	5,0
Resultado Nominal	1.545.826,00	-1.741.671,51	-212,7	-909.937,77	-47,8	-162.000,00	-82,2	-194.000,00	19,8	-245.280,00	26,4
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Consolidada Líquida	166.609,28	-1.575.062,23	-1045,4	-2.485.000,00	57,8	-2.647.000,00	6,5	-2.841.000,00	7,3	-3.086.280,00	8,6

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										(R\$)
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	
Receita Total	7.046.805,56	8.064.226,02	14,4	8.200.000,00	1,7	8.306.126,37	1,3	8.410.912,16	1,3	8.494.446,86	1,0
Receitas Primárias (I)	6.973.305,60	8.058.293,46	15,6	8.200.000,00	1,8	8.306.126,37	1,3	8.410.912,16	1,3	8.494.446,86	1,0
Despesa Total	7.274.132,79	7.621.346,75	4,8	8.200.000,00	7,6	8.306.126,37	1,3	8.410.912,16	1,3	8.494.446,86	1,0
Despesas Primárias (II)	7.274.132,79	7.621.346,75	4,8	8.187.000,00	7,4	8.292.956,60	1,3	8.397.567,84	1,3	8.480.974,22	1,0
Resultado Primário (III) = (I - II)	-300.827,18	436.946,71	0,0	13.000,00	-97,0	13.169,77	1,3	13.344,33	1,3	13.472,64	1,0
Resultado Nominal	1.669.872,82	-1.812.731,71	-208,6	-909.937,77	-49,8	-155.559,82	-82,9	-178.916,33	15,0	-217.508,92	-21,6
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Consolidada Líquida	179.979,06	-1.639.324,77	-1010,8	-2.485.000,00	51,6	-2.541.770,69	2,3	-2.620.109,81	3,1	-2.736.845,34	4,5

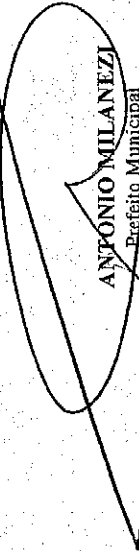
Nota:

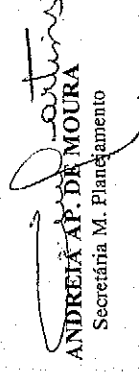
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO				
2006	2007	2008	2009*	2011*
4,45	3,79	4,08	4,14	4,00
VALORES DE REFERÊNCIA				
Valor Corrente x 1,0802	Valor Corrente x 1,0408	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0414	Valor Corrente / 1,0843
Valor Corrente / 1,1277				

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008



ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal
 

ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2009

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011
Receita Total	6.523.332,28	7.748.103,40	18,8	8.200.000,00	5,8	8.650.000,00	5,5	9.120.000,00	5,4	9.579.000,00
Receitas Primárias (I)	6.455.292,28	7.742.403,40	19,9	8.200.000,00	5,9	8.650.000,00	5,5	9.120.000,00	5,4	9.579.000,00
Despesa Total	6.733.772,46	7.322.585,27	8,7	8.200.000,00	12,0	8.650.000,00	5,5	9.120.000,00	5,4	9.579.000,00
Despesas Primárias (II)	6.733.772,46	7.322.585,27	8,7	8.187.000,00	11,8	8.636.285,00	5,5	9.105.530,67	5,4	9.563.807,20
Resultado Primário (III)=(I - II)	-278.480,18	419.818,13	0,0	13.000,00	-96,9	13.715,00	5,5	14.469,33	5,5	15.192,80
Resultado Nominal	1.545.826,00	-1.741.671,51	-212,7	-909.937,77	-47,8	-162.000,00	-82,2	-194.000,00	19,8	-245.280,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	166.609,28	-1.575.062,23	-1045,4	-2.485.000,00	57,8	-2.647.000,00	6,5	-2.841.000,00	7,3	-3.086.280,00

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011
Receita Total	7.046.805,56	8.064.226,02	14,4	8.200.000,00	1,7	8.306.126,37	1,3	8.410.912,16	1,3	8.494.446,86
Receitas Primárias (I)	6.973.305,60	8.058.293,46	15,6	8.200.000,00	1,8	8.306.126,37	1,3	8.410.912,16	1,3	8.494.446,86
Despesa Total	7.274.132,79	7.621.346,75	4,8	8.200.000,00	7,6	8.306.126,37	1,3	8.410.912,16	1,3	8.494.446,86
Despesas Primárias (II)	7.274.132,79	7.621.346,75	4,8	8.187.000,00	7,4	8.292.956,60	1,3	8.397.567,84	1,3	8.480.974,22
Resultado Primário (III)=(I - II)	-300.827,18	436.946,71	0,0	13.000,00	-97,0	13.169,77	1,3	13.344,33	1,3	13.472,64
Resultado Nominal	1.669.872,82	-1.812.731,71	-208,6	-909.937,77	-49,8	-155.559,82	-82,9	-178.916,33	15,0	-217.508,92
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	179.979,06	-1.639.324,77	-1010,8	-2.485.000,00	51,6	-2.541.770,69	2,3	-2.620.109,81	3,1	-2.736.845,34

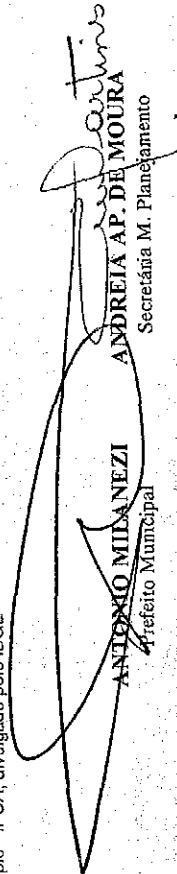
Nota:

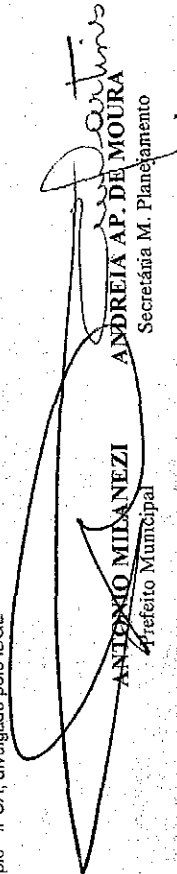
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO				
2006	2007	2008	2009*	2010*
4,45	3,79	4,08	4,14	4,12
VALORES DE REFERÊNCIA				
Valor Corrente x 1,0802	Valor Corrente x 1,0408	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0414	Valor Corrente / 1,0843
				Valor Corrente / 1,1277

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal


ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2009

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio/Capital	5.369.995,69	100,00	3.547.871,03	100,00	4.196.598,74	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.369.995,69	100,00	3.547.871,03	100,00	4.196.598,74	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

(R\$)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio/Capital	2.014.951,26	100,00	1.666.913,18	100,00	148.125,71	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.014.951,26	100,00	1.666.913,18	100,00	148.125,71	100,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008

ANTÔNIO MILANEZI

Prefeito Municipal

ANDREIA AP. DE MOURA

Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2009

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

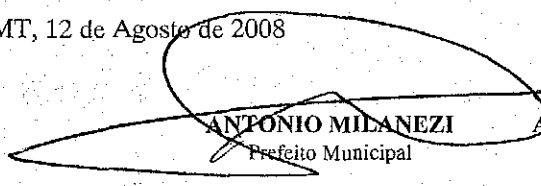
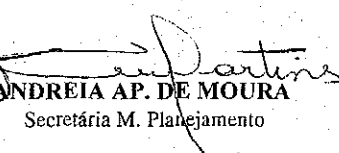
(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2007 (a)	2006 (d)	2005
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	5.700,00	68.040,00	11.160,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.700,00	68.040,00	11.160,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2007 (b)	2006 (e)	2005
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	7.900,00	68.040,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.900,00	68.040,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	8.960,00	11.160,00	11.160,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal
ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio BrancoESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISDemonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2009

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

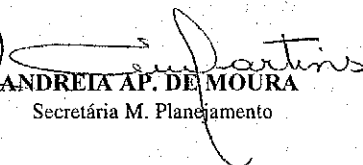
(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2007 (a)	2006 (d)	2005
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	5.700,00	68.040,00	11.160,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.700,00	68.040,00	11.160,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2007 (b)	2006 (e)	2005
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	7.900,00	68.040,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.900,00	68.040,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	8.960,00	11.160,00	11.160,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal
ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2009

(R\$)

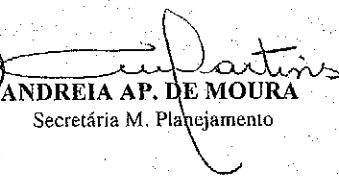
AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2007 (a)	2006 (d)	2005
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	5.700,00	68.040,00	11.160,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.700,00	68.040,00	11.160,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2007 (b)	2006 (e)	2005
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	7.900,00	68.040,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.900,00	68.040,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	8.960,00	11.160,00	11.160,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTÔNIO MILANEZI
Prefeito Municipal
ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2005	2006	2007
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES DIRETA E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	282.491,80	326.444,59	543.571,46
RECEITAS CORRENTES	282.491,80	326.444,59	366.203,60
Receita de Contribuições	120.957,34	132.707,99	173.846,25
Contribuições Sociais	120.957,34	132.707,99	173.846,25
Contribuições Previdenciária do Regime Próprio	120.957,34	132.707,99	173.846,25
Pessoal Civil	120.957,34	132.707,99	173.846,25
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	161.534,46	193.736,60	192.357,35
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	177.367,86
Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	177.367,86
Contribuições Sociais Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	177.367,86
Contrib.Prévid.do Regime Próprio Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	177.367,86
Contrib.Prévid.Regime Próprio do Exerc.Intra-Orçam.	0,00	0,00	177.367,86
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contrib.Prévid. Regime Próprio de Exerc.Ant.Intra-Orçam.	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00
REPASSE PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	282.491,80	326.444,59	543.571,46

6 de Maio de 2008

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2005	2006	2007
Despesas Correntes	30.971,65	26.151,87	49.058,36
Despesas de Capital	30.971,65	26.151,87	49.058,36
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	102.282,53	118.964,04	146.475,00
Pessoal Civil	102.282,53	118.964,04	146.475,00
Pessoal Militar	102.282,53	118.964,04	146.475,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposentadoria entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	133.254,18	145.115,91	195.533,36
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III)=(I - II)	149.237,62	181.328,68	348.038,10
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS	1.172.179,46	1.353.508,14	1.701.546,24

Nota

- O saldo das disponibilidades financeiras do exercício de 2004 era R\$ 1.022.941,84

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008

ANTONIO MHLANEZI
Prefeito Municipal

ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS
2009

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2007				1.652.606,10
2007	362.488,64	161.858,99	200.629,65	1.853.235,75
2008	477.307,67	162.464,12	314.843,55	2.168.079,30
2009	494.682,40	176.009,40	318.673,00	2.486.752,30
2010	511.050,66	183.192,13	327.858,53	2.814.610,83
2011	531.083,34	180.953,65	350.129,69	3.164.740,52
2012	548.245,93	197.002,02	351.243,91	3.515.984,43
2013	565.967,26	196.172,60	369.794,66	3.885.779,09
2014	587.068,90	193.186,50	393.882,40	4.279.661,49
2015	603.137,96	196.795,79	406.342,17	4.686.003,66
2016	625.725,88	214.066,08	411.659,80	5.097.663,46
2017	644.943,21	224.105,29	420.837,92	5.518.501,38
2018	665.384,26	233.892,94	431.491,32	5.949.992,70
2019	678.837,56	264.959,60	413.877,96	6.363.870,66
2020	698.251,06	281.397,28	416.853,78	6.780.724,44
2021	712.772,04	326.889,58	385.882,46	7.166.606,90
2022	728.179,91	335.362,25	392.817,66	7.559.424,56
2023	744.940,34	365.896,99	379.043,35	7.938.467,91
2024	755.736,82	393.767,82	361.969,00	8.300.436,91
2025	766.748,71	437.888,04	328.860,67	8.629.297,58
2026	774.495,30	460.921,34	313.573,96	8.942.871,54
2027	781.423,54	480.550,77	300.872,77	9.243.744,31
2028	791.883,45	509.955,54	281.927,91	9.525.672,22
2029	796.826,24	537.349,98	259.476,26	9.785.148,48
2030	803.722,24	573.868,15	229.854,09	10.015.002,57
2031	806.482,42	594.949,24	211.533,18	10.226.535,75
2032	806.547,98	630.481,48	176.066,50	10.402.602,25
2033	798.071,27	663.861,80	134.209,47	10.536.811,72
2034	795.721,66	672.031,22	123.690,44	10.660.502,16
2035	788.417,73	705.606,64	82.811,09	10.743.313,25
2036	783.755,26	708.586,14	75.169,12	10.818.482,37
2037	770.963,73	732.677,85	38.285,88	10.856.768,25
2038	768.930,72	744.264,16	24.666,56	10.881.434,81
2039	756.829,25	801.342,28	-44.513,03	10.836.921,78
2040	739.947,95	836.030,17	-96.082,22	10.740.839,56
2041	722.096,35	855.696,53	-133.600,18	10.607.239,38
2042	703.001,90	872.494,00	-169.492,10	10.437.747,28
2043	626.264,84	915.207,76	-288.942,92	10.148.804,36
2044	608.928,26	896.046,20	-287.117,94	9.861.686,42
2045	591.701,18	874.226,55	-282.525,37	9.579.161,05
2046	574.749,66	874.790,42	-300.040,76	9.279.120,29
2047	556.747,22	907.551,76	-350.804,54	8.928.315,75
2048	535.698,79	890.618,24	-354.919,45	8.573.396,30
2049	514.403,79	849.661,24	-335.257,45	8.238.138,85
2050	494.288,34	905.130,78	-410.842,44	7.827.296,41
2051	469.637,79	932.417,14	-462.779,35	7.364.517,06
2052	441.871,03	929.530,63	-487.659,60	6.876.857,46

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS
2009

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

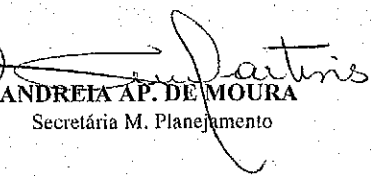
(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2053	412.611,46	948.168,74	-535.557,28	6.341.300,18
2054	380.478,02	967.169,73	-586.691,71	5.754.608,47
2055	345.276,52	994.485,94	-649.209,42	5.105.399,05
2056	306.323,95	911.126,80	-604.802,85	4.500.596,20
2057	270.035,78	848.207,80	-578.172,02	3.922.424,18
2058	235.345,46	781.655,18	-546.309,72	3.376.114,46
2059	202.566,88	719.457,83	-516.890,95	2.859.223,51
2060	171.553,42	651.521,05	-479.967,63	2.379.255,88
2061	142.755,36	597.360,92	-454.605,56	1.924.650,32
2062	115.479,03	547.509,10	-432.030,07	1.492.620,25
2063	89.557,22	501.568,24	-412.011,02	1.080.609,23
2064	64.836,56	459.284,41	-394.447,85	686.161,38
2065	41.169,69	420.471,95	-379.302,26	306.859,12
2066	18.411,55	375.875,54	-357.463,99	-50.604,87
2067	0,00	343.413,72	-343.413,72	-394.018,59
2068	0,00	314.068,70	-314.068,70	-708.087,29
2069	0,00	287.669,80	-287.669,80	-995.757,09
2070	0,00	254.790,06	-254.790,06	-1.250.547,15
2071	0,00	233.640,30	-233.640,30	-1.484.187,45
2072	0,00	215.092,55	-215.092,55	-1.699.280,00
2073	0,00	198.783,90	-198.783,90	-1.898.063,90
2074	0,00	165.365,51	-165.365,51	-2.063.429,41
2075	0,00	153.098,88	-153.098,88	-2.216.528,29
2076	0,00	132.689,88	-132.689,88	-2.349.218,17
2077	0,00	123.789,80	-123.789,80	-2.473.007,97
2078	0,00	106.218,32	-106.218,32	-2.579.226,29
2079	0,00	89.817,15	-89.817,15	-2.669.043,44
2080	0,00	84.453,17	-84.453,17	-2.753.496,61
2081	0,00	80.217,29	-80.217,29	-2.833.713,90
2082	0,00	76.834,31	-76.834,31	-2.910.548,21

Notas:

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal


ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

2009

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2009	2010	2011	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008

ANTONIO MILANEZI

Prefeito Municipal

ANDREIA AP. DE MOURA

Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas

Obrigatórias de Caráter Continuado

2009

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTO	2009
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008

ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal

ANDREIA AP. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

Prefeitura Municipal de Rio Branco

ESTADO DO MATO GROSSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
RISCOS FISCAIS
2009

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

Identificação dos Riscos		2009	Providência	2009
1	Passivos Contingentes			
1.1	Diversos	10.000,00	Credito Adicional a partir da Reserva de Contingência	10.000,00
		10.000,00		
2	Riscos Fiscais	260.000,00	Credito Adicional a partir da Reserva de Contingência	260.000,00
2.1	Interpértes	10.000,00		
2.2	Frustração da Arrecadação	100.000,00		
2.3	Despesas não Orçadas ou Orçadas a menor	150.000,00		
2.4		0,00		
3	Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00	Credito Adicional a partir da Reserva de Contingência	10.000,00
3.1	Ocorrencias de Fato não Previsto	10.000,00		
Soma		280.000,00		280.000,00

Nota:

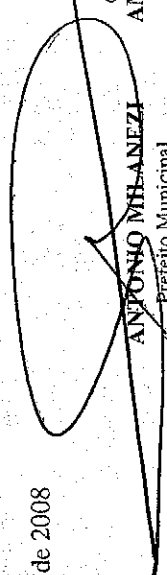
Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.
Riscos Fiscais: Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

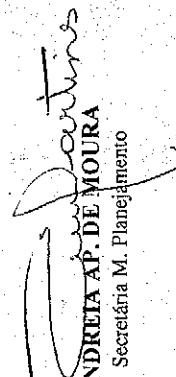
Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Nota:

A reserva de contingência, alínea "b" do inciso II do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias

Rio Branco-MT, 12 de Agosto de 2008


ANTONIO M. LANEZI
Prefeito Municipal


ANDREIA A.P. DE MOURA
Secretária M. Planejamento

ÓRGÃO	01 CÂMARA MUNICIPAL							
UNIDADE	001 CÂMARA MUNICIPAL							
PROGRAMA	001 PROCESSO LEGISLATIVO							
FUNÇÃO	01 AÇÃO LEGISLATIVA							
SUBFUNÇÃO	031 PROCESSO LEGISLATIVO							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$	
	01.031.001	Informatização dos Setores da Câmara Municipal	Dotar o Poder Legislativo de Equipamentos de Informática para melhorar as atividades fins deste setor.	P	Equipamento e Material Permanente	0	7.800,00	
CM 02	01.031.001	Aquisição de móveis, máquinas e equipamentos em geral	Dotar o Poder Legislativo de Equipamentos e Materiais Permanentes para melhorar as atividades fins deste setor.	P	móveis e equipamentos	0	12.100,00	
CM 03	01.031.001	Manutenção e encargos com o Legislativo Municipal	Manter os custeios e as atividades essenciais do Poder Legislativo	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais.	0	399.500,00	
CM 04	01.031.001	Publicidade oficial dos atos do Legislativo	Divulgar os atos oficiais atendendo o princípio da publicidade de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal.	A	Serviço	0	3.900,00	
TOTAL DO PROGRAMA							0	363.300,00
TOTAL DA UNIDADE							0	363.300,00
TOTAL DO ÓRGÃO							0	363.300,00

CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GAB 01	04.122.007	Manutenção e encargos com a Assessoria Jurídica	Manter os custos e as atividades essenciais da Assessoria Jurídica	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos A	0	42.000,00
TOTAL DO PROGRAMA						
					0	42.000,00
TOTAL DA UNIDADE						
					0	42.000,00

UNIDADE						
PROGRAMA: 003 JUNTA DO SERVIÇO MILITAR						
FUNÇÃO: 007 ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GAB 01	04.122.007	Manutenção e encargos com a Junta de Serviço Militar	Manter os custos e as atividades essenciais da Junta de Serviço Militar	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos A	0	12.000,00
TOTAL DO PROGRAMA						
					0	12.000,00
TOTAL DA UNIDADE						
					0	12.000,00

UNIDADE						
PROGRAMA: 004 UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO						
FUNÇÃO: 007 ADMINISTRAÇÃO						
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GAB 01	04.127.007	Manutenção e encargos com a Unidade de Cadastro	Manter os custos e as atividades essenciais da Unidade de Cadastro	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos A	0	10.000,00
TOTAL DO PROGRAMA						
					0	10.000,00
TOTAL DA UNIDADE						
					0	10.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO						
					0	407.000,00

ÓRGÃO						
UNIDADE: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO						
FUNÇÃO: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO						
FUNÇÃO: 007 ADMINISTRAÇÃO						
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$

SMA 01	04.122.007	Legalização Fundiária Urbana	Proporcionar a Legalização Fundiária dos lotes urbanos	P	Lote urbanos	0	8.000,00
SMA 02	04.122.007	Capacitação dos Servidores Públicos Municipais	Qualificar o servidor público municipal a fim de qualificar o desempenho dos serviços, materiais e equipamentos	P	gost, serviços, materiais e equipamentos	0	7.200,00
SMA 03	04.122.007	Aquisição de Móveis, Equipamentos, Máquinas e Utensílios	Adquirir móveis, equipamentos, máquinas e acessórios conforme a necessidade da Secretaria de Administração	A	unidades	0	6.400,00
SMA 04	04.122.007	Aquisição de Microcomputadores, Impressoras e Acessórios de Informática.	Aquisição de microcomputadores e equipamentos a fim de informatizar os setores da administração	P	microcomputadores	2	16.000,00
SMA 05	04.122.007	Manutenção e encargos com o Gabinete do Secretário de Administração	Manter os custeios e atividades essenciais do Gabinete do Secretário de Administração	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	431.700,00
SMA 06	04.122.007	Reforma e Ampliação da Sede do Poder executivo	Reformar e Ampliar a Sede do Poder executivo	A	Metros Quadrados	0	15.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							484.300,00
TOTAL DA UNIDADE							484.300,00

UNIDADE	002 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS						
PROGRAMA	007 ADMINISTRAÇÃO						
FUNÇÃO	04 ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
SMA 07	04.122.007	Manutenção e Encargos com o Departamento de Recursos Humanos	Manter os custeios e as atividades essenciais para com o Departamento de Recursos humanos	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	35.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							35.000,00
TOTAL DA UNIDADE							35.000,00
UNIDADE	003 DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO						
PROGRAMA	007 ADMINISTRAÇÃO						
FUNÇÃO	04 ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
SMA 08	04.122.007	Manutenção e encargos com o Dep de Materiais e Patrimônio	manter os custeios e as atividades essenciais do Dep.de materiais e patrimônio	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							50.000,00



TOTAL DA UNIDADE										2	50.000,00
UNIDADE:	04 PREVIRB										
PROGRAMA:	082 PREVIDENCIA										
FUNÇÃO:	09 PREVIDENCIA SOCIAL										
SUBFUNÇÃO:	272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO										
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$				
PREVIRB 01	09.272.082	Manutenção e encargos com a Previrb	Manter as atividades essenciais e os custeios com a Previdência Municipal	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	35.000,00				
PREVIRB 02	09.272.082	Manutenção e encargos com inativos e pensionistas	Manter os custeios com os inativos e pensionistas	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	Inativos	195.000,00				
PREVIRB 03	09.272.082	Manutenção de Benefícios Previdenciários	Manter os custeios dos Benefícios Previdenciários	A	Pessoal,	Pensionistas	52.000,00				
PREVIRB 04	09.272.082	Reserva do RPPS	Reserva RPPS	A	Reserva Legal	0	218.000,00				
TOTAL DO PROGRAMA										2	500.000,00
TOTAL DA UNIDADE										2	500.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO										6	1.059.300,00

ORGÃO		04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS							
UNIDADE		001 GABINETE DO SECRETÁRIO E UNIDADES							
PROGRAMA:		007 ADMINISTRAÇÃO							
FUNÇÃO:		04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO:		123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GGFCI 01	04.123.007	Aquisição de Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios em geral.		Adquirir equipamentos, móveis e materiais para a Secretaria de Finanças		P	Materiais e Equipamentos	0	7.000,00
GGFCI 02	04.123.007	Manutenção e encargos com o Gabinete do Secretário de Finanças		Manter as Atividades essenciais da Secretaria de Finanças		A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	36.000,00
PROGRAMA:		007 ADMINISTRAÇÃO							
FUNÇÃO:		28 ENCARGOS ESPECIAIS							
SUBFUNÇÃO:		846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GGFCI 03	28.846.007	Contribuição para a Formação do PASEP		Contribuição para a Formação do PASEP		A	PASEP	0	86.500,00
PROGRAMA:		007 ADMINISTRAÇÃO							

FUNÇÃO:		28 ENCARGOS ESPECIAIS							
SUBFUNÇÃO:		843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GGFCI 04	28.843.007	Manutenção de Sentenças Judiciais		Manutenção de Sentenças Judiciais		A	SENTENÇAS JUDICIAIS	0	26.000,00
GGFCI 05	28.843.007	Amortização e Encargos da Dívida Fundada		Amortização de Dívida Fundada		A	SERVIÇOS	0	12.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA						0	167.500,00
		TOTAL DA UNIDADE						0	167.500,00

UNIDADE		002 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E TESOUREARIA							
PROGRAMA:		007 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO:		04 ADMINISTRAÇÃO							
CÓDIGO	FUNCIONAL	123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GGFCI 01	04.123.007	Manutenção e Encargos com o Departamento de Contabilidade e Tesouraria		Manter os custos e as atividades essenciais com o departamento de contabilidade e tesouraria		A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	145.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA							145.000,00
		TOTAL DA UNIDADE						0	145.000,00

UNIDADE		003 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO							
PROGRAMA:		007 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO:		129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
GGFCI 01	04.129.007	Manutenção e Encargos com o Departamento de Tributação		Manter os custos e as atividades essenciais com o departamento de tributação		A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	160.000,00
GGFCI 02	04.129.007	Capacitação dos Servidores do Departamento de Tributação		Capacitação dos Servidores do Departamento de Tributação		A	Pessoal, encargos, serviços	0	3.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA						0	163.000,00
		TOTAL DA UNIDADE						0	163.000,00
		TOTAL DO ÓRGÃO						0	475.500,00

ÓRGÃO		05 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO							
UNIDADE		001 GABINETE DO SECRETÁRIO							
PROGRAMA:		007 ADMINISTRAÇÃO							
FUNÇÃO:		04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO:		121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$	
SMPO 01	04.121.007	Manutenção e encargos com a Secretaria de Planejamento e Orçamento		manter os custos e as atividades essenciais da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	63.000,00	
SMPO 02	04.121.007	Aquisição de móveis, máquinas e equipamentos em geral.		Proporcionar condições aos usuários e funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	P	Materiais, equipamentos e móveis	0	6.945,00	
		TOTAL DO PROGRAMA					0	69.945,00	
		TOTAL DA UNIDADE					0	69.945,00	
		TOTAL DO ÓRGÃO					0	69.945,00	

ÓRGÃO		06 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO							
UNIDADE		001 GABINETE DO SECRETÁRIO							
PROGRAMA:		007 ADMINISTRAÇÃO							
FUNÇÃO:		04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO:		122 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$	
SINDU 01	04.122.007	Manutenção e encargos com o Gabinete do Secretário de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano		Fazer a Manutenção das Atividades Rotineiras da Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano	P	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	19.000,00	
		TOTAL DO PROGRAMA					0	19.000,00	
		TOTAL DA UNIDADE					0	19.000,00	

ÓRGÃO		002 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS							
UNIDADE		007 ADMINISTRAÇÃO							
PROGRAMA:		04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO:		122 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$	

SINDU 01	04.122.007	Manutenção e encargos com o Dep de Viação, Obras e Serviços públicos	Custeio de Pessoal, Material de Consumo, Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica, aquisição de equipamentos, dentre outros	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	452.887,00
SINDU 01	04.122.007	Reforma da Estrutura Física da Secretaria de Infra-Estrutura	Reformar a Estrutura Física da Secretaria de Infra-Estrutura para dar maior comodidade aos funcionários deste órgão	A	Serviços materiais	1	10.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							462.887,00

PROGRAMA:	058 URBANISMO						
FUNÇÃO:	15 URBANISMO						
SUBFUNÇÃO:	451 INFRA ESTRUTURA URBANA						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES					
GOTSU 01	15.451.058	Pavimentação Asfáltica de Vias Urbanas	Manter as condições de tráfego nestes locais bem como proporcionar maior conforto à população	P	Metros Quadrados	0	120.000,00
GOTSU 02	15.451.058	Restauração e Jardinagem dos canteiros da avenida	Restaurar os canteiros da avenida proporcionando melhorias no aspecto físico do centro da Cidade.	P	Metros Quadrados	0	8.000,00
GOTSU 03	15.451.058	Construção de Galerias Pluviais	Construir Galerias Pluviais no interior de melhor o esgotamento de água das chuvas que são de alto nível pluviométrico.	P	Metros Lineares	0	35.000,00
GOTSU 06	15.451.058	Ampliação e reforma de praças	Ampliação e reformas de praças a fim melhorar o aspecto visual deste local.	P	Metros Quadrados	0	12.000,00
GOTSU 07	15.451.058	Manutenção da Limpeza Pública	Manter os custos com material de consumo a Limpeza Pública	A	Pessoal, Serviços e Materiais	0	57.000,00
GOTSU 08	15.451.058	Fabricação de Manilhas	Fabricar manilhas para a construção de galerias pluviais	A	Manilhas	0	7.500,00
GOTSU 08	15.451.058	Sinalizar com placas de trânsito as ruas e avenidas	Sinalizar com placas de trânsito as ruas e avenidas	A	unidade	0	13.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							252.500,00
PROGRAMA:	051 ENERGIA ELÉTRICA						
FUNÇÃO:	25 ENERGIA						
SUBFUNÇÃO:	752 ENERGIA ELÉTRICA						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES					
GOTSU 01	25.752.051	Manutenção da iluminação pública	Manter os custos da iluminação pública para melhor atender a população referente a tal serviço	A	Servidores, materiais, serviços e equipamentos	0	83.000,00

TOTAL DO PROGRAMA										0	83.000,00
PROGRAMA:	088 TRANSPORTE RODOVIÁRIO										
FUNÇÃO:	26 TRANSPORTE										
SUBFUNÇÃO:	782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO										
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$				
GOTSU 01	26.782.088	Construção de Pontes e Bueiros	Construir pontes e bueiros oferecendo à população melhores condições de tráfego entre as zonas urbana e rural.	P	Metros Quadrados	Metros Quadrados	65.000,00				
GOTSU 04	26.782.088	Aquisição de Equipamentos de Transporte Pesado	Adquirir equipamentos a fim de manter os transportes pesado em bom funcionamento.	P	Unidade	1	38.000,00				
GOTSU 05	26.782.088	Manutenção dos veículos e máquinas	Manter os custos dos veículos e máquinas da Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	A	UNIDADE	UNIDADE	330.000,00				
GOTSU 06	26.782.088	Manutenção de estradas principais e vicinais	Manter os custos das recuperações das estradas principais e vicinais do município.	P	Km	Km	69.000,00				
TOTAL DO PROGRAMA										0	502.000,00
TOTAL DA UNIDADE										0	1.300.387,00

003 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA									
018 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL									
20 AGRICULTURA									
606 EXTENSÃO RURAL									
SUBFUNÇÃO:		IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
CÓDIGO	FUNCIONAL								
GAGRIC 01	20.606.018	Manutenção e encargos com o Departamento de Agricultura e Pecuária		Manter os custos e as atividades essenciais do Departamento de Agricultura e Pecuária		A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	35.000,00
GAGRIC 01	20.606.018			Manter os custos e as atividades essenciais para implantação de viveiros		P	Serviços, materiais e equipamentos	0	3.500,00
GAGRIC 01	20.606.018	Implantação de Hortas Comunitarias		Manter os custos e as atividades essenciais para implantação de hortas comunitarias		P	Serviços, materiais e equipamentos	0	3.500,00
PROGRAMA:									
FUNÇÃO:									
SUBFUNÇÃO:									
018 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL									
20 AGRICULTURA									
602 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL									
SUBFUNÇÃO:		IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
CÓDIGO	FUNCIONAL								

✓

SEDUC 01	12.361.042	Aquisição de móveis, equipamentos e máquinas	e móveis e equipamentos menores condições de trabalho aos diversos setores ligados diretamente a secretaria	P	Unidade	0	12.000,00
SEDUC 01	12.361.042	Manutenção do programa aplauso	Fazer a aplicação dos recursos do Programa Aplausos, melhorando a qualidade educacional do Município	A	Pessoal, serviços, encargos, e equipamentos.	0	43.000,00
SEDUC 01	12.361.042	Manutenção e encargos com o ensino fundamental	Manter os custos e as atividades essenciais para com o salário educação.	A	Pessoal, serviços, encargos, e equipamentos.	0	445.000,00
SEDUC 01	12.361.042	Cursos de capacitação de professores	Capacitar os professores municipais, proporcionando-lhes formação necessária ao cumprimento das exigências legais.	A	Serviços e materiais	1	6.100,00
SEDUC 01	12.361.042	Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Aplicar os Recursos do Dinheiro Direto na Escola em ações que visa a melhoria da qualidade do ensino.	A	Serviços, materiais e equipamentos	0	6.540,00
SEDUC 01	12.361.042	Manutenção do Salário Educação	Manter os custos e as atividades essenciais para com o salário educação.	A	Serviços, materiais e equipamentos	0	45.000,00
SEDUC 01	12.361.042	Reforma na Quadra Poliesportiva da Escola "Manoel Tavares"	Proporcionar melhorias nas condições físicas da Quadra Poliesportiva.	P	Serviços, materiais e equipamentos	1	7.300,00
SEDUC 01	12.361.042	Programa social de inclusão digital	Manter os custos com o programa Inclusão Digital	A	Serviços, materiais e equipamentos.	0	10.000,00
SEDUC 01	12.361.042	Manutenção do Transporte Escolar	Manter os custos e as atividades essenciais com o Transporte Escolar	A	Serviços, materiais e equipamentos.	0	85.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							598.940,00

PROGRAMA:	042 ENSINO FUNDAMENTAL						
FUNÇÃO:	12 EDUCAÇÃO						
SUBFUNÇÃO:	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
SEDUC 01	12.306.042	Programa nacional de alimentação escolar (PNAE)	Manter as atividades essenciais da Seção de Alimentação e Nutrição do Ensino fundamental	A	Gêneros Alimentícios	0	48.500,00
TOTAL DO PROGRAMA							48.500,00

PROGRAMA:	041 EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS						
FUNÇÃO:	12 EDUCAÇÃO						
SUBFUNÇÃO:	365 ENSINO INFANTIL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
			Manter as atividades essenciais da Seção de Alimentação e Nutrição do Ensino fundamental	A	Gêneros Alimentícios	0	48.500,00

SEDUC 01	12.365.041	Manutenção e encargos com a Pré Escola	Garantir a manutenção das Atividades Rotineiras da Pré- Escola.	A	serviços, materiais e equipamentos	0	65.000,00
SEDUC 01	12.365.041	Manutenção e encargos com a Creche Municipal	Proporcionar boas condições aos usuários.	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	110.000,00
SEDUC 01	12.365.041	Ampliação e Reforma da Creche	Ampliar e Reformar o Prédio da Creche, melhorando o atendimento	P	M²	1	16.000,00
SEDUC 01	12.365.041	Capacitação dos Professores da Educação da Pré-Infantil	Capacitar os Professores da Educação Infantil para que possam melhor desenvolver suas funções	P	Professores	1	6.000,00
SEDUC 01	12.365.041	Ampliação e Reforma do Prédio da Pré Escola	Ampliar e Reformar o Prédio da Pré escola, melhorando atendimento	P	Serviços, materiais e equipamentos	1	17.000,00
SEDUC 01	12.365.041	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Adquirir equipamentos e materiais permanentes necessários para realização de atividades fins, voltada para a Pré Escola.	P	Unidade	0	12.000,00
PROGRAMA:		041 EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS					
FUNÇÃO:		12 EDUCAÇÃO					
SUBFUNÇÃO:		306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
SEDUC 01	12.365.041	Programa nacional de alimentação escolar em creche	Manter os custos do Programa nacional de alimentação escolar em creche	A	Material	0	2.900,00
TOTAL DO PROGRAMA							228.900,00

PROGRAMA:		044 ENSINO SUPERIOR					
FUNÇÃO:		12 EDUCAÇÃO					
SUBFUNÇÃO:		364 ENSINO SUPERIOR					
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
SEDUC 01	12.364.044	Manutenção e Encargos com o CEAD	Manter os custos e as atividades essenciais para com o Curso de Ensino a Distância	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	34.728,00
TOTAL DO PROGRAMA							34.728,00
TOTAL DA UNIDADE							1.011.068,00

UNIDADE		003 DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER					
PROGRAMA:		046 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO					
FUNÇÃO:		27 DESPORTO E LAZER					
SUBFUNÇÃO:		812 DESPORTO COMUNITÁRIO					

CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
DEL 01	27.812.046	Manutenção e Encargos com o Departamento de Desporto e Lazer	Manter os custos e as atividades essenciais com o Departamento de Desporto e Lazer.	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	70.000,00
DEL 02	27.812.046	Reforma do Estádio Municipal Adair Lopes Pinheiro	Reformar o Estádio Municipal a fim dar maior comodidade ao público bem como preservar o patrimônio municipal	P	M²	1	15.000,00
DEL 03	27.812.046	Construir e Reforma o Parque Municipal do Roncador	Dar condições a prática de Lazer para a população Riobranquense	P	Serviços materiais e equipamentos	1	17.300,00
DEL 04	27.812.046	Construção e Reforma de Quadras Poliesportivas	Reformar as quadras poliesportivas do município a fim de preservar o patrimônio público municipal	P	quadras	1	6.500,00
DEL 05	27.812.046	Ampliação e reforma do Parque municipal de rodeio	Ampliação e reforma do Parque de Rodeio para melhor comodidade a população Riobranquense	P	M²	0	5.700,00
TOTAL DO PROGRAMA							114.500,00
TOTAL DA UNIDADE							114.500,00
UNIDADE	005 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB						
PROGRAMA:	042 ENSINO FUNDAMENTAL						
FUNÇÃO:	12 EDUCAÇÃO						
SUBFUNÇÃO:	361 ENSINO FUNDAMENTAL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
FUNDEB 01	12.361.042	Manutenção do Fundeb 60 %	Manter os custos para com o Fundeb 60%	A	Pessoal e Encargos sociais	0	500.000,00
FUNDEB 02	12.361.042	Manutenção do Fundeb 40%	Manter os custos para com o Fundeb 40%	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	200.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							700.000,00
PROGRAMA:	041 EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS						
FUNÇÃO:	12 EDUCAÇÃO						
SUBFUNÇÃO:	365 EDUCAÇÃO INFANTIL						
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
FUNDEB 04	12.365.041	Manutenção do FUNDEB Infantil 60%	Manter os custos para com o Fundeb Infantil 60%	A	Pessoal e Encargos sociais	0	115.000,00
FUNDEB 05	12.365.041	Manutenção do Fundeb Infantil 40 %	Manter os custos para com o Fundeb Infantil 40%	A	Pessoal e Encargos sociais	0	35.000,00
TOTAL DA UNIDADE							150.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							850.000,00



TOTAL DO PROGRAMA									
TOTAL DO ÓRGÃO									
ÓRGÃO	08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE								1.997.568,00
UNIDADE	001 GABINETE DO SECRETÁRIO							0	
PROGRAMA:	075 SAÚDE								
FUNÇÃO:	10 SAÚDE								
SUBFUNÇÃO:	301 ATENÇÃO BÁSICA								
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A UNIDADE DE MEDIDA		META FÍSICA		VALORES R\$
	Manutenção e encargos com o Gabinete do Secretário de Saúde		Manter os custos e as atividades essenciais para com o Gabinete do Secretário		Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	A	0		34.100,00
GS 01	10.301.075								
TOTAL DO PROGRAMA									
TOTAL DA UNIDADE									
TOTAL DO ÓRGÃO									

UNIDADE	002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
PROGRAMA:	075 SAÚDE								
FUNÇÃO:	10 SAÚDE								
SUBFUNÇÃO:	301 ATENÇÃO BÁSICA								
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A UNIDADE DE MEDIDA		META FÍSICA		VALORES R\$
	Aquisição de móveis, máquinas e equipamentos em geral para o PSF I e II		Proporcionar condições aos usuários e funcionários do Centro de Saúde e PSFs		P	Unidade	0		8.000,00
FMS 01	10.301.075								
FMS 02	10.301.075		Ampliação e adequação da unidade do PSF II		P	Unidade	1		17.900,00
FMS 04	10.301.075		Ampliação e adequação da unidade do PSF I		P	Unidade	1		17.900,00
FMS 05	10.301.075		Manutenção do PASF		A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0		131.100,00
FMS 06	10.301.075		Contribuição ao consórcio intermunicipal de saúde		A	Serviços	0		30.600,00
FMS 07	10.301.075		Manutenção e encargos com o Fundo de Saúde Municipal		A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0		390.000,00
FMS 08	10.301.075		Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS		A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0		75.000,00
FMS 09	10.301.075		Manutenção do Centro de Reabilitação		A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos			55.000,00
---	---		Manutenção do Programa Saúde da Família		A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos			---

FMS 10	10.301.075	PSF	essenciais do Programa Saúde da Família PSF	A	serviços, materiais e equipamentos	0	320.000,00
FMS 11	10.301.075	Manutenção dos Veículos da Saúde	Manter os custos para com os veículos da Sec de saúde	A	Materiais e serviços	0	80.000,00
FMS 13	10.301.075	Manutenção do atendimento odontológico no PSF II	proporcionar atendimento odontológico no PSF II aos usuários da saúde.	A	Materiais e serviços	0	16.000,00
FMS 14	10.301.075	Manutenção do Programa Saúde Bucal	Garantir tratamento básico de saúde bucal à toda população	A	Materiais e serviços	0	23.000,00
FMS 15	10.301.075	Manutenção do PAB Fixo	Manutenção do PAB Fixo	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	65.000,00
FMS 15	10.301.075	Implantação de atendimento odontológico no PSF II	Materiais e equipamentos para proporcionar atendimento odontológico no PSF II aos usuários da saúde.	A	Materiais e serviços	0	5.600,00

PROGRAMA:	075 SAÚDE						
FUNÇÃO:	10 SAÚDE						
SUBFUNÇÃO:	302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL						
FMS 12	10.302.075	Manutenção do Programa Farmácia Básica	Fornecer a População medicamentos da Farmácia Básica	A	Materiais	0	45.000,00
FMS 15	10.302.075	Manutenção do Hospital Municipal	Manter os custos e as atividades essenciais do Hospital Municipal	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	500.000,00
FMS 15	10.302.075	Manutenção do SIA /SUS	Manter os custos e as atividades essenciais do SIA/SUS	A	Materiais e serviços	0	3.800,00

PROGRAMA:	075 SAÚDE						
FUNÇÃO:	10 SAÚDE						
SUBFUNÇÃO:	304 VIGILANCIA SANITÁRIA						
FMS 16	10.304.075	Manutenção do programa vigilância sanitária - VISA	Manter os custos e as atividades essenciais do Programa Vigilância Sanitária, a fim de promover melhorias na qualidade da saúde da população.	A	Materiais	0	5.000,00
FMS 17	10.304.075	Construção e Manutenção do Abatedouro Municipal	Construção e Manutenção do Abatedouro Municipal	P	Materiais	0	7.000,00

PROGRAMA:	075 SAÚDE						
FUNÇÃO:	10 SAÚDE						
SUBFUNÇÃO:	305 VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA						
FMS 18	10.305.075	Manutenção do programa endemias e controle de doenças - ECD	Manter as atividades essenciais bem como os custos do Programa endemias e Controle de Doenças.	A	Materiais e serviços	0	25.000,00
FMS 19	10.305.075	Construção e Manutenção de um Canil Municipal	Construção e Manutenção de um Canil Municipal	P	Materiais e serviços	0	5.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							1-825.900,00

TOTAL DA UNIDADE							1.825.900,00
------------------	--	--	--	--	--	--	--------------

TOTAL DA UNIDADE									
UNIDADE	PROGRAMA	003 DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	076 MELHORIA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA						
FUNÇÃO:		17 SANEAMENTO							
SUBFUNÇÃO:		512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO							
CÓDIGO	FUNCCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
DAE 03	17.512.076	Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água		Material de Consumo, aquisição de equipamentos dentre outros necessários		A	Servidores, materiais, serviços e equipamentos	0	45.000,00
DAE 04	17.512.076	Ampliação da Rede de Água		atender a população não atendida e futuros loteamentos		P	Metros Lineares	1	12.000,00
DAE 05	17.512.076	Manutenção e encargos com o DAE		Manter as atividades essenciais bem como os custos do Departamento de Água e Esgoto.		A	Pessoal, encargos, serviços, materiais	0	188.000,00
DAE 06	17.512.076	Reforma e Ampliação do Prédio do DAE		Reformar o prédio do DAE a fim de comportar melhor os funcionários deste setor		P	M²	M²	12.000,00
DAE 07	17.512.076	Capacitação de Funcionários do DAE		Capacitar funcionários do departamento de água e esgoto do município		P	Pessoal, encargos, serviços, materiais		3.500,00
		TOTAL DO PROGRAMA						0	260.500,00
		TOTAL DA UNIDADE						1	260.500,00
		TOTAL DO ÓRGÃO						1	2.120.500,00

TOTAL DO PROGRAMA									
ÓRGÃO	UNIDADE	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL							
PROGRAMA:		001 GABINETE DO SECRETÁRIO							
FUNÇÃO:		081 ASSISTÊNCIA							
SUBFUNÇÃO:		08 ASSISTÊNCIA SOCIAL							
CÓDIGO	FUNCCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
SMAS 01	08.244.081	Manutenção e encargos com a Secretaria de Ação Social		Garantir a Manutenção das atividades da Secretaria de Ação Social		A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	42.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA						1	42.000,00

TOTAL DO FASENINHA	0	72.000,00
TOTAL DA UNIDADE	0	42.000,00

UNIDADE	002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA:	081 ASSISTÊNCIA
FUNÇÃO:	08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO:	241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO
CÓDIGO	FUNCIONAL
FMAS 01	08.241.081
	Manutenção do programa de Apoio a Pessoa Idosa - API
	OBJETIVO DAS AÇÕES
	Proporcionar atendimento às necessidades básicas para pessoa idosa da zona urbana e rural, promovendo sua integração social.
	P/A
	UNIDADE DE MEDIDA
	META FÍSICA
	VALORES R\$
	11.000,00
PROGRAMA:	081 ASSISTÊNCIA
FUNÇÃO:	08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO:	242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
CÓDIGO	FUNCIONAL
FMAS 03	08.242.081
	Manutenção do Programa Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência - APPD
	OBJETIVO DAS AÇÕES
	Proporcionar aos portadores de deficiência atendimento diferenciado, com aulatrastamento fisioterapêutico, transporte e alimentação
	P/A
	UNIDADE DE MEDIDA
	META FÍSICA
	VALORES R\$
	5.000,00
PROGRAMA:	081 ASSISTÊNCIA
FUNÇÃO:	08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO:	244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
CÓDIGO	FUNCIONAL
FMAS 11	08.244.081
	Implantação e Manutenção do programa de apoio a Família - PAIF
	OBJETIVO DAS AÇÕES
	Implantação e Manutenção do programa de apoio a Família - PAIF
	P/A
	UNIDADE DE MEDIDA
	META FÍSICA
	VALORES R\$
	20.000,00
FMAS 12	08.244.081
	Manutenção e encargos com o Fundo Municipal de Assistência Social
	OBJETIVO DAS AÇÕES
	Promover a Inclusão social, principalmente das famílias de baixa renda.
	P/A
	UNIDADE DE MEDIDA
	META FÍSICA
	VALORES R\$
	130.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA
	0
	166.000,00
	TOTAL DA UNIDADE
	0
	166.000,00

UNIDADE	003 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE								
PROGRAMA	081 ASSISTÊNCIA								
FUNÇÃO	08 ASSISTÊNCIA SOCIAL								
SUBFUNÇÃO	243 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE								
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES		OBJETIVO DAS AÇÕES		P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
FMCA 01	08.243.081	Manutenção e encargos com o Conselho Tutelar	Manter os custos e as atividades essenciais para com o Conselho Tutelar	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0			26.000,00

[Handwritten signature]

FMCA 02	08.243.081	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Dar cumprimento à legislação vigente e garantir a proteção da criança e do adolescente.	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	27.000,00
FMCA 03	08.243.081	Manutenção do Programa Erradicação do Trabalho Infantil	Manter os custos e as atividades do programa Erradicação do Trabalho Infantil	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	30.000,00
FMCA 04	08.243.081	Manutenção do Programa Sentinela	Manter os custos e as atividades do programa Sentinela.	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	40.000,00
FMCA 03	08.243.081	Manutenção do Programa Creche Manutenção	Manter os custos e as atividades essenciais para com o Programa Creche Manutenção	A	Materiais	0	25.000,00
FMCA 04	08.243.081	Manutenção do Programa Agente Jovem	Manter os custos e as atividades essenciais para com o Programa Agente Jovem	A	Pessoal, e serviços,	0	25.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							173.000,00
TOTAL DA UNIDADE							173.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO							381.000,00

ÓRGÃO	10 SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE						
UNIDADE	01 DEPARTAMENTO DE TURISMO						
PROGRAMA:	065 TURISMO						
SUBFUNÇÃO:	23 COMÉRCIO E SERVIÇOS						
CÓDIGO	695 TURISMO						
FUNÇÃO:	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES						
GMAT 01	23.695.065	Manutenção do Departamento de Turismo	Objetivo das Ações	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
			Manter os custos e as atividades essenciais com o Departamento de Turismo	P	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	25.000,00
TOTAL DO PROGRAMA							25.000,00
TOTAL DA UNIDADE							25.000,00

UNIDADE	002 GERENCIA DE CULTURA						
PROGRAMA:	048 CULTURA						
FUNÇÃO:	13 CULTURA						
SUBFUNÇÃO:	392 DIFUSÃO CULTURAL						
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES						
GMAT 01	13.392.048	Manutenção e encargos com o Departamento de Cultura	Objetivo das Ações	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$
			Manter os custos e as atividades essenciais com o Departamento de Cultura	A	Pessoal, encargos, serviços, materiais e equipamentos	0	79.000,00

[Handwritten signature]

TOTAL DO PROGRAMA										0	79.000,00
TOTAL DA UNIDADE										0	79.000,00
UNIDADE	003 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE										
PROGRAMA:	077 PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE										
FUNÇÃO:	18 GESTÃO AMBIENTAL										
SUBFUNÇÃO:	542 CONTROLE AMBIENTAL										
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$				
GMAT D2	18.542.077	Manutenção e encargos com o Departamento de Meio Ambiente	Manter os custos e as atividades essenciais com o Departamento de Meio Ambiente	A	Pessoal, serviços, materiais e equipamentos	0	15.000,00				
TOTAL DO PROGRAMA							0	15.000,00			
TOTAL DA UNIDADE							0	15.000,00			
TOTAL DO ÓRGÃO							0	119.000,00			

ÓRGÃO	99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
UNIDADE	999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
PROGRAMA:	999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
FUNÇÃO:	999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
SUBFUNÇÃO:	999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
CÓDIGO	FUNCIONAL	IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	OBJETIVO DAS AÇÕES	P/A	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALORES R\$				
RC 01	99.999.999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	A	Reserva de Contingência	0	260.000,00				
TOTAL DO PROGRAMA							0	260.000,00			
TOTAL DA UNIDADE							0	260.000,00			
TOTAL DO ÓRGÃO							0	260.000,00			
TOTAL GERAL							7	8.650.000,00			

RESUMO POR PROGRAMAS

PROGRAMA:	001	PROCESSO LEGISLATIVO	0	363.300,00
PROGRAMA:	007	ADMINISTRAÇÃO	0	2.003.532,00
PROGRAMA:	018	DEMANUAÇÃO E EXTENSÃO BUDAL	0	67.500,00

[illegible]

PROGRAMA:	088	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0	502.000,00
-----------	-----	-----------------------	---	------------

PROGRAMA:	999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	260.000,00
-----------	-----	-------------------------	---	------------

TOTAL GERAL			7	8.650.000,00
-------------	--	--	---	--------------

